



JOCKEY CLUB DO PARANÁ

PLANO DE BOAS PRÁTICAS

O Jockey Club do Paraná através de seu Presidente, Sr. Roberto Belina, seu Presidente da Comissão de Corridas, Sr. Paulo Fernandes, e demais membros da diretoria estabelece as exigências mínimas de boas práticas de bem estar animal nas dependências da instituição.

Esse plano foi elaborado pelo Médico Veterinário M.Sc. Luís Fernando Coelho Bastos em conformidade com a Instrução Normativa do MAPA nº 2.

A implementação deste plano se dará em etapas conforme o cronograma abaixo:

- 2º semestre de 2023: Elaboração, desenvolvimento e testes do sistema de informática para registros de toda a rotina relativa às boas práticas de manejo e bem-estar; Elaboração das documentações de controles internos e externos; Elaboração e testes de uma rotina interna de fiscalização (incluindo documentação necessária de livros, planilhas e metodologia de controle).
- 1º semestre de 2024: Início da implementação do plano e capacitação da cadeia de profissionais/colaboradores (veterinários clínicos, treinadores, segundos gerentes, cavalariços, funcionários jockey); Início das vistorias e correções do plano em casos de falhas.
- 2º semestre de 2024 - Início das fiscalizações e penalidades oficiais.

1. DADOS GERAIS; LOCAL, ANIMAIS E RECURSOS HUMANOS

DADOS GERAIS		
Local: Jockey Club do Paraná	Endereço: Avenida Víctor Ferreira do Amaral, Praça Jôquei Pinheiro Filho, 2299 - Tarumã, Curitiba - PR, 82800-000	Data: Dezembro/2022
RESPONSABILIDADE		
Médico Veterinário Responsável Técnico: Luís Fernando Coelho Bastos	Atividade: Elaboração, estruturação, monitoramento do plano	
Responsável pela direção do Jockey Club: Roberto Belina – Presidente	Atividade: Elaboração, divulgação, implementação, penalidade dos planos	
ATIVIDADE		
<p>O Jockey Club do Paraná é uma instituição com cerca de 150 anos de existência que promove corridas de cavalo, para tanto o mesmo conta com 3 pistas, sendo 2 de corridas e uma de exercícios. Os alojamentos dos animais se dividem em 35 grupos de cocheiras funcionando na forma de comodato e geridas por treinadores e/ou proprietários, além de um grupo de cocheiras destinado ao hospital veterinário. O jockey conta com instalações para a realização de corridas com paddock, sala de jockeys, sauna e área administrativa.</p>		
SISTEMA DE CRIAÇÃO		
Não existe sistema de criação na propriedade.		
NÚMERO DE ANIMAIS: TOTAL 412 em 21/12/2022		
Potros: <ul style="list-style-type: none">• Machos:• Fêmeas:	Adultos: <ul style="list-style-type: none">• Machos:• Fêmeas:	
OUTRAS ESPÉCIES TOTAL		
Interação direta com equinos: <ul style="list-style-type: none">• Caninos e felinos		
Interação indireta com os equinos:		
Sem interação:		
FLUXO: INTERNO E EXTERNO DE NOVOS ANIMAIS		
Externo: MODERADO – Possui picos às segundas-feiras, e quintas-feiras, correspondente a animais alojados que atuam em trânsito em São Paulo.		
Interno: BAIXO – Apenas trânsito quando há troca de proprietário		
RECURSOS HUMANOS		

Médico Veterinário: Equipe veterinária formada por um Responsável Técnico. Em dias de corrida, há acréscimo de quatro profissionais divididos nas áreas de endoscopia, acompanhamento clínico em pista, exames pré e pós-corrida e controle antidopagem
Funcionários gerais: 15
Prestadores de serviços/Terceirizados: 20
ESTRUTURA E INFRAESTRUTURA: ASPECTOS GERAIS
TAMANHO DAS ÁREAS FÍSICAS DA PROPRIEDADE
Total:
Área destinada a Equideocultura:
Área construída para habitação humana:
Área construída para as instalações em um geral (laboratórios, secretarias, sala de coleta, bretes e afins):
Área destinada a outros tipos de criação (total):
COBERTURA VEGETAL
Cobertura Vegetal: NÃO HÁ
Pastagem: NÃO HÁ
FONTE DE ÁGUA
Tipos e fontes de água na propriedade: <ul style="list-style-type: none">• Rios, córregos e arroios: Não existe.• Açudes, tanques ou lagos: 1 açude.• Reserva de água artificiais (caixa d'água; poços...): 1 caixa d'água de 15.000 L e 1 poço artesiano• Caixa d'água: reserva de água - água que é fornecida na torneira com acesso para os animais e as pessoas: Água fornecida pela concessionária de água do estado - SANEPAR
EQUIPAMENTOS: Descrever todos os equipamentos

2. OBJETIVO

Assegurar práticas adequadas de alimentação, saúde, alojamento, infraestrutura, estrutura e comportamento aos animais alojados e que frequentam o Jockey Club do Paraná e suas mediações, respeitando suas necessidades fisiológicas e de bem-estar.

3. ÁREAS DE APLICAÇÃO

Este plano se aplica às dependências do Jockey Club do Paraná.

4. TEMAS ABORDADOS NO PLANO

Na construção deste plano, e na compreensão das boas práticas, foi utilizada a mesma divisão de conteúdos utilizados na já referida Instrução Normativa, assim como seus sub-itens, a fim de englobar todos os pontos de importância para o tema, tais como:

Boas práticas para uma boa alimentação

- a) Procedimentos e registros sobre alimentação dos animais, incluindo frequência mínima de refeições;
- b) Quantidade, qualidade e disponibilidade dos alimentos;
- c) Disponibilidade e qualidade da água;
- d) Disponibilidade de sal mineral.

Boas práticas para uma boa saúde

- a) Procedimentos e registros para manutenção da saúde, incluindo controle sanitário para ingresso e egresso de animais, observando obrigatoriamente os requisitos sanitários estabelecidos em legislação vigente;
- b) procedimentos de avaliação de saúde para participação de corridas;

Boas práticas para um bom alojamento

- a) procedimentos e registros para manutenção das instalações, incluindo equipamentos utilizados pelos animais, pistas, baias, estruturas para atendimento médico-veterinário, embarcadouros, quarentenário, veículos utilizados no transporte de animais;
- b) espaço mínimo por animal em baias e piquetes;
- c/d/e) qualidade nas baias (ventilação; iluminação; cama; piso; cocho)
- f) procedimentos de controle de pragas;

g) manejo populacional humanitário de outras espécies.

Boas práticas para um comportamento adequado

- a) procedimentos e registros para a identificação de estereotípias;
- b) monitoramento das práticas de treinamento e competições, incluindo a proibição de práticas baseadas na dor e intimidação;
- c) monitoramento das práticas de transporte;
- d) protocolos de enriquecimento ambiental.

Sendo assim, o plano foi dividido em quatro grandes áreas (alimentação, saúde, alojamento e comportamento) que serão conceituadas, abordadas e exemplificadas em subáreas para melhor divisão e entendimento do plano.

BOAS PRÁTICAS PARA UMA BOA ALIMENTAÇÃO

Cada animal alojado no JCP deverá ter um MV responsável que irá registrar no sistema de gerenciamento do JCP a dieta do referido animal com base nos parâmetros mínimos determinados nesse plano.

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS PARA UMA BOA ALIMENTAÇÃO:

a) Procedimentos e registros sobre alimentação dos animais, incluindo frequência mínima de refeições;

Uma vez bem estruturada a base técnica e a importância da nutrição pelo médico veterinário responsável técnico, é essencial que haja um controle de qualidade, quantidade e frequência de oferta da mesma para os animais que estão sob seu cuidado, principalmente quando o assunto são cavalos atletas que demandam uma grande carga energética. Além disso, como o tópico é procedimentos e registros é essencial que se tenha sempre um alinhamento entre o médico veterinário e os demais envolvidos nessa cadeia, pois a base de um bom manejo nutricional do cavalo está no correto manejo desse animal como um todo (tempo de alimentação, estrutura dos locais de alimentação, estrutura dos locais de hidratação, entre outros pontos). Assim, a instituição, junto ao Médico Veterinário responsável técnico, pretende deixar em um primeiro momento o planejamento da rotina alimentar, assim

como plano nutricional por conta do Médico Veterinário Clínico responsável (como já está instituído e bem estabelecido para todos os animais) com acompanhamento e avaliação do RT. Se em qualquer momento se entender que não está de acordo com as necessidades do animal tal plano, o médico veterinário responsável técnico irá intervir.

b) Quantidade, qualidade e disponibilidade dos alimentos;

Em relação ao balanço nutricional, deve sempre ser levado em consideração que o ideal para cavalos é uma dieta totalmente à base de volumoso fibroso, ou com variação mínima de 60-70% deste na alimentação, exceto em casos com exigências especiais em que haja uma necessidade energética aumentada ou o animal esteja passando por uma dieta com acompanhamento médico veterinário. É observado que uma alimentação rica em fibra tem um papel importante no metabolismo de equinos em geral, mas principalmente em atividades esportivas, visto que tende a diminuir o risco de distúrbios metabólicos, além de prevenir possíveis quadros de desidratação. O aporte de fibras em quantidades corretas é importante para que o equino mantenha uma fermentação microbiana adequada, sendo indispensável para o funcionamento do intestino. Além disso, os microrganismos que realizam a digestão das fibras da dieta buscam transformá-la em nutrientes energéticos e vitaminas. Assim, sugere-se a utilização de dietas baseadas em volumoso de boa qualidade e a inclusão de fontes de fibra com alta disponibilidade de energia. Uma alternativa para aumentar a energia de uma dieta é realizar a associação entre a fonte de fibra de fermentação rápida e carboidratos solúveis. Dessa forma, a geração de energia através do aproveitamento da fibra será favorecida.

O volumoso e o concentrado podem ser fornecidos juntos, pois estes em comunhão não aceleram a passagem do concentrado pelo trato gastrointestinal sem que haja sua digestão apropriada, mas acabam por modular a mesma, levando a um melhor aproveitamento da dieta. Contudo, quando o animal, em jejum, ingerir grande quantidade de concentrado sem ingestão de volumoso, isso pode gerar um desbalanço gastrointestinal, não sendo favorável ao animal. Há recomendação que os animais recebam o volumoso pelo menos 1h antes do concentrado, para garantir a ingestão deste alimento.

Nessa perspectiva, a quantidade de alimento varia de acordo com o gasto energético, o peso e a ingestão de água de cada cavalo. Vale ressaltar que um animal com demanda energética e física, vai também necessitar de uma demanda nutricional tanto em relação à quantidade quanto em relação a frequência e intervalos de oferta. Um cavalo em manutenção deve consumir de 1,5 a 2% do seu peso vivo em matéria seca, sendo que um cavalo em trabalho intenso pode chegar a consumir 3% do seu peso vivo em matéria seca.

Sendo assim, uma dieta básica deverá atender as seguintes exigências, sempre respeitando a individualidade de cada animal:

b.1 - Qualidade:

- **CONCENTRADO:** elevado teor energético e baixo teor de fibra (<18% de fibra bruta). Ainda, podem ser divididos em: Energéticos - <20% de proteína, exemplo principal a aveia e o milho; Proteicos - >20% de proteína, como a soja, o algodão e o amendoim.
- **VOLUMOSO:** apresenta baixo teor energético e alto teor de fibra (>18% de fibra bruta). De maneira geral, são divididos em gramíneas (alto teor de fibra) e leguminosas (melhor teor de proteína e palatabilidade). Pode ser oferecido ao animal por meio do pastoreio na forma de pastagens nativas ou melhoradas, ou ser oferecido na forma de pasto cortado no cocho (que nunca deve ser menor do que 4 cm), fenos e/ou pré-secado.

b.2 - Quantidade:

- **CONCENTRADO:** não deve ultrapassar mais de 1kg de ração para cada 100kg de peso vivo, evitando-se fornecer mais de 2 kg de concentrado em uma única vez.
- **VOLUMOSO:** o ideal é que se oferte no mínimo 60% do cálculo da dieta do animal em volumoso e que esse esteja disponível o tempo todo dentro da cocheira, ou que seja ofertado uma média de 3 kg/h

b.3 - Disponibilidade/Frequência:

- **CONCENTRADO:** O fornecimento do concentrado aos cavalos de cocheira deve ser realizado no mínimo 3 horas antes de realizar algum exercício e de 40 a 60 minutos e depois das práticas físicas.
- **VOLUMOSO:** O ideal é que a disponibilidade seja a vontade, ou seja, o cavalo sempre tenha volumoso disponível na cocheira, contudo, independe de respeitar a porcentagem de volume já colocada, às vezes, essa alimentação ocorre de forma muito rápida, principalmente por causa do excesso de ócio da cocheira. Por isso, é recomendado a oferta do volumoso em “slow-feeders”, os comedouros de alimentação lenta, ou ainda as bolsas de feno (“hay-bags”).

c) Disponibilidade e qualidade da água;

A água é o nutriente mais importante para todos os animais, sendo a fonte de regulação do equilíbrio ácido básico, da pressão osmótica e até da regulação da temperatura corporal e lubrifica as articulações. Para a manutenção de cavalos adultos em um ambiente equilibrado, a necessidade total de água é provavelmente de 2 a 3L/kg de matéria seca ingerida, ou seja, cerca de 5L/100 kg peso corporal do animal. Contudo, vale ressaltar que essa demanda é variável. A prática de exercício físico em climas quentes, por exemplo, aumenta a necessidade de água para até 5–6L/kg de ingestão de MS (12–15L/100kg de peso corporal) quando há uma perda inevitável de quantidades relativamente grandes de cloreto de sódio e potássio no suor. Um cavalo de 500kg, trotando a 12km/h, em uma temperatura ambiente de 27°C, exigiria um mínimo de 10-12L de água/hora para repor as perdas inevitáveis, visto que os cavalos perdem uma grande quantidade de líquido na forma de suor durante o exercício.

Ressalta-se ainda que fatores ambientais como sazonalidade (temperatura da estação) e aspectos estruturais de ventilação e condições térmicas das cocheiras, assim como porcentagem de matéria seca que o alimento desses animais consome, vai influenciar diretamente a quantidade de água que necessitam consumir ao longo de 24h. A necessidade do consumo de água pelo animal está diretamente relacionada, portanto, à variação de perda de água no organismo, a composição do alimento oferecido, e a temperatura do ambiente em

que ele se encontra sendo de suma importância que todos os reservatórios de água estejam sempre limpos, com fonte de água fresca e contínua. Bebedouros automáticos, bem arejados e individuais localizados em cada cocheira ou piquete, são o ideal e o planejamento a longo prazo para a presente instituição.

d) Disponibilidade de sal mineral.

Os minerais são elementos orgânicos com papel fundamental no metabolismo dos animais, sendo muito importantes para o aproveitamento da energia e do alimento, para a saúde dos tendões, cascos, articulações, musculatura, circulação e respiração. Sua carência pode levar não só ao comprometimento sistêmico como também da vida atlética do animal e sua reposição deve ser diária e constante, principalmente em cavalos com alta carga de atividade em exercício, pois a perda no suor também é constante.

Estes são importantes para o aproveitamento da energia dos alimentos e são muito utilizados em rações de alto desempenho. Esses minerais são combinações de um mineral mais um aminoácido. Ao invés de sua absorção ser de forma natural no organismo ele é absorvido pelo sítio de absorção do aminoácido. Esses minerais orgânicos são prontamente transportados para os tecidos corporais através de carreadores de aminoácidos e peptídeos. Isso evita competição entre os minerais inorgânicos pelos transportadores clássicos de minerais. Assim, a suplementação deve ser fornecida de acordo com a categoria a qual o animal pertence associado a utilização de sal mineral específico para o animal, de modo a suprir as exigências diárias e chegar ao objetivo comum, que é o máximo de desempenho durante a atividade física.

Ressalta-se que a utilização de sal mineral deve ser disponibilizada a todos os indivíduos em formulações prontas para o uso e específica para a espécie (não havendo adição de sal comum ou próprio a outros animais), com água à vontade e separado da ração, para que assim se possa monitorar o que está sendo consumido e que não haja uma ingestão forçada, ocasionando um excesso de minerais aos animais.

MONITORAMENTO E VERIFICAÇÃO:

A dieta prescrita pelo médico veterinário clínico e sua aplicação será monitorada pelo RT do JCP bem como a disponibilidade de água e sal mineral e demais estruturas para o seu

fornecimento adequado, eventuais desvios ou irregularidades serão tratados conforme descrição abaixo:

- 1ª- Solicitação de correção;
- 2ª- Advertência por escrito;
- 3ª- Obrigatoriedade de curso de capacitação / Multa;
- 4ª- Suspensão de nova inscrição do animal / treinador.

Todas as vistorias serão registradas em uma tabela e livro de controle do RT, bem como as possíveis recomendações de correção/punições.

REGISTROS DE CONTROLE^[a]

O registro das vistorias realizadas pelo RT será feito em livro ata ou diretamente no sistema (SisTurfe)

BOAS PRÁTICAS PARA UMA BOA SAÚDE

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS PARA UMA BOA SAÚDE:

a) Procedimentos e registros para manutenção da saúde, incluindo controle sanitário para ingresso e egresso de animais, observando obrigatoriamente os requisitos sanitários estabelecidos em legislação vigente;

De acordo com a constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS), “saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a mera ausência de doença ou enfermidade”, assim cabe às boas práticas para uma boa saúde estabelecer procedimentos que avaliem a saúde de maneira geral dos equinos, não realizando apenas uma avaliação física do animal e constatando ou não a presença de enfermidade. Neste aspecto, existem diversos fatores que podem entrar como procedimento e registro para manutenção da saúde de equinos de jockey club, tais como:

a.1 - Controle da Guia de Trânsito Animal (GTA):

Segundo a Secretária da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Paraná, a Guia de Trânsito Animal (GTA) é um documento obrigatório para movimentação de equídeos para qualquer finalidade e só pode ser expedida para equídeos oriundos de estabelecimentos que

cumpram a legislação vigente. Ela contém informações de origem e destino dos animais, além de condições sanitárias, finalidade do transporte, entre outras. Assim, a presente instituição leva em consideração que, para o trânsito do animal de entrada e saída do Jockey, o mesmo deve possuir o GTA em dia e conforme as normas estabelecidas pelo manual do ministério. Ainda, recomenda-se apresentar também os demais documentos sanitários e fiscais, tais como exame negativo para anemia infecciosa equina, mormo e atestado de vacinação para influenza equina. O Jockey ainda recomenda que o animal entre com o diário do cavalo junto com ele e caso este não tenha ou venha sem o mesmo, este é realizado na propriedade. O JCP, manterá um sistema digital, SISTURFE, onde cada veterinário clínico manterá um prontuário eletrônico dos animais sob sua responsabilidade. Este sistema já está em desenvolvimento e substitui o diário do animal.

a.2 - Controle sanitário: vermifugação, vacinação e quarentena

- **CONTROLE PARASITÁRIO:** A realização do exame de OPG (Técnica de contagem de ovos por grama de fezes) é essencial para um bom controle parasitário em uma população heterogênea de animais e com um alto fluxo de rotatividade em que, um manejo e controle de anti-helmínticos não consegue ser aplicado com a frequência e a rotatividade de princípio ativos desejada de imediato. A coleta de fezes de no mínimo 10% da população (chegando ao ideal de 100% da população) para a realização periódica de contagem de ovos por grama de fezes e aplicação homogênea em princípio ativo e doses adequadas de anti-helmínticos, pode ser considerado, por exemplo um método adequado ajustada ao sistema de criação, sempre associado a rotação dos princípios ativos além do destino adequado de resíduos orgânicos, como as fezes. Vale ressaltar a importância também aos cuidados com parasitoses externas como insetos, moscas e afins, assim medidas de manejo indiretas devem ser aplicadas na mesma proporção que as diretas como pulverização com produtos à base de organofosforados (que não deve ser utilizado em éguas gestantes) ou piretróides sintéticos, manejo do ambiente com destino adequado do esterco e da cama, inseticida e citronela no

ambiente e nos animais, entre outros. A responsabilidade desse controle ficará a cargo do Médico veterinário clínico que deverá registrar no prontuário do animal a rotina de controle e desvermifugação.

- **VACINAÇÃO:** A Federação Equestre Internacional estabelece um programa vacinal, com os animais recebendo três vacinas, com segunda dose administrada entre 21 e 92 dias de intervalo após a primeira aplicação e terceira dose depois de sete meses, sendo que o último reforço deve estar dentro de seis meses. Ainda, ressalta-se que é indicada a vacinação contra tétano e raiva e a vacinação de influenza equina obrigatória. O Jockey Club não permite a entrada de animais não vacinados em seu estabelecimento, o programa de vacinação do Jockey Club será realizado pelo serviço de veterinária, sendo realizada a cada 4 meses e imunizando contra as seguintes patologias, encefalomielite, rinopneumonite, influenza e tétano e anualmente contra a raiva. Animais que por ventura cheguem ao jockey com o esquema vacinal atrasado serão vacinados.
- **QUARENTENA SANITÁRIA:** Por definição, quarentena baseia-se na reclusão dos animais introduzidos nas instalações pelo período máximo de incubação de possível doença, contado a partir da data do último contato com um caso clínico ou portador, ou da data em que esse indivíduo sadio abandonou o local em que se encontrava a fonte de infecção. Para cada enfermidade, deve-se considerar um período ótimo de quarentena, porém, na prática o período de quarentena é superior a 40 dias, e em geral de 30 a 60 dias. Em centros de manejo intensivo, as práticas de quarentena também podem ser utilizadas como adaptação gradativa dos animais ao novo ambiente, alimentação e ao manejo da propriedade. Outra aplicação é para assegurar o isolamento de animais aguardando diagnóstico de exames em fase de reteste (exemplo, AIE e MORMO) ou animais recém vacinados para influenza e que estão aguardando o período de efeito da vacina. O espaço destinado à quarentena poderá ser um piquete ou cocheira que mantenha isolamento físico de outros

animais da propriedade e que tenha instalações isoladas para o manejo dos animais, inclusive para o exame clínico e coleta de amostras destinadas à triagem pelos diferentes tipos de análises exigidos, além do material base de uso de rotina para esse animal. No Jockey Club, as quarentenas externas são realizadas em casos de emergência em que o animal não cumpre as exigências do clube mas sua proibição de entrada representa risco iminente a sua saúde, visto que a entrada é rigorosa em relação a presença do GTA, a correta bateria vacinal e o controle sanitário da instituição, principalmente em relação a exame negativo de AIE E MORMO, e o animal não poderá ingressar na propriedade em caso de alteração em qualquer uma dessas etapas ou sinais clínicos alterados. Nesse caso, assim como em casos em que haja necessidade de isolamento de algum animal com doença infecto contagiosa que já se encontrava dentro do Jockey, o mesmo possui uma estrutura de 3 baias com embarcador exclusivo e entrada própria, sendo todas teladas em sua totalidade, localizadas no hospital em estrutura de cocheira separada dos demais animais, respeitando, portanto, um fluxo de quarentena único.

b) Procedimentos de avaliação de saúde para participação de corridas;

Para que os animais possam participar das corridas (e competições em geral) é essencial que haja a avaliação da saúde do animal por uma equipe veterinária guiada e orientada pelo médico veterinário responsável técnica. Os cavalos devem ser apresentados a essas profissionais e caberá a eles a verificação da sanidade do animal e autoridade em permitir ou não o animal a competir e/ou continuar na competição, e até mesmo na entidade em certos casos. Este exame veterinário, pode ser denominado de Vet Check, e seu objetivo é garantir que os animais estejam aptos para participar da modalidade esportiva, priorizando sua integridade, saúde e bem-estar.

É essencial, portanto, a avaliação dos parâmetros físicos e metabólicos do animal antes e após as corridas, inspeção e avaliação estática e dinâmica, com o objetivo de observar alterações físicas, aumento exacerbado de frequência cardíaca e respiratória, mudanças de andadura, lesões que comprometam a saúde do animal, desidratação severa

e presença de sangramento nasal. Somado a isso, pela alta incidência de hemorragia persistente induzida pelo exercício (HPIE), recomenda-se realizar endoscopia ou um pedido de avaliação por meio do exame como rotina, pelo menos dos animais que apresentem sangramento após exercício ou que necessitem do uso de medicações para controle da diurese ou similares, sendo realizada posteriormente a treinamentos e competições.

Ressalta-se ainda a importância da avaliação do uso dos utensílios de monta e proteção, assim como uma correta inspeção das ferraduras e embocaduras dos animais, tanto com o objetivo de proteger os mesmos quanto ao uso indevido de algum método de correção, quanto para orientação dos cavaleiros, treinadores e jockeys quanto aos correto posicionamento e utilização de determinados materiais.

Os animais inscritos são submetidos a exame clínico pré e pós corrida, sendo os resultados registrados em fichas clínicas individualizadas e no sistema. Animais que correm com Furosemida são submetidos a endoscopia obrigatória com os resultados divulgados em boletim.

c) monitoramento do uso de medicamentos nos animais e plano e controle antidopagem, considerando as drogas proibidas e controladas pela Federação Equestre Internacional - FEI e pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

A análise antidopagem consiste na detecção de substâncias proibidas visando à saúde dos animais e humanos envolvidos no esporte. A autoridade responsável pelo controle de doping nos eventos internacionais é a Federação Equestre Internacional (FEI), através da Equine Prohibited Substances List. Sua iniciativa parte do pressuposto da realização de um esporte livre de doping, incorporando os princípios da Agência Mundial Antidopagem (WADA). O uso de substâncias com potencial para afetar o desempenho, a saúde ou o bem-estar dos equinos e/ou com alto potencial de uso indevido são contrários à integridade do esporte equestre e ao bem-estar dos cavalos. No Jockey Club, o controle de substâncias é realizado pelo auto regulamento através do capítulo XI do Código Nacional de Corridas Brasileiro, na forma de anexo da Instrução normativa nº1, de 7 de março de 2012, do MAPA, que diz que, a administração de substâncias ou agentes físicos capazes de alterar o

desempenho do cavalo na corrida, observada a relação elaborada pela entidade promotora do evento, é proibido.

- A coleta de material biológico para fins de exame antidoping será realizada em todos os páreos, sendo que 60% destas coletas serão enviadas ao laboratório.
- Em provas da programação clássica serão coletadas e enviadas as amostras do animal ganhador e do segundo colocado.

e) Monitoramento da morbidade e mortalidade, contemplando acidentes e todas as doenças de notificação obrigatória conforme legislação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

Todos os óbitos são registrados em um livro ata e a incidência de doenças infecto contagiosas é comunicada ao serviço de veterinária.

O sistema a ser desenvolvido poderá gerar relatórios acerca da morbidade de doenças de notificação não obrigatória baseado nas informações dos MV clínicos.

Os MV clínicos serão orientados da obrigatoriedade de comunicação ao serviço oficial das doenças de notificação obrigatória.^[1]

e.1 - Análise e prevenção de acidentes:

Faz parte do serviço do médico veterinário responsável técnico, mas também da equipe de comissão de corrida a responsabilidade sobre a prevenção geral de acidentes na entidade, sobre pessoas e animais. É essencial que a equipe veterinária, responsável pelos animais, busque uma avaliação concentrada na análise e prevenção de acidentes. Avaliações veterinárias de qualidade, principalmente as denominadas de Vet Check – pré-carridas, abrangendo exame clínico completo, observação de possíveis alterações, palpação e elevação de membros, somado com o registro dos achados, permite detectar precocemente lesões e afecções que os animais possam apresentar evitando que animais corram com lesões e, conseqüentemente, diminuindo o risco de acidentes.

Um outro ponto para análise e prevenção são as pessoas envolvidas com o cavalo que devem aprender sobre o comportamento e segurança nas práticas com os animais, evitando a maioria dos acidentes ainda no solo, visto que é mais provável prevenir um

acidente por quebras/mal posicionamento de equipamentos e de erros humanos, quando comparadas com lesões de origem animal, como cair e/ou tropeçar durante uma prova.

Além das variáveis diretas, a prevenção de acidentes também está relacionada à qualidade e infraestrutura dos locais de prova, principalmente das áreas comuns e de grande concentração de animais e pessoas. Uma rotina de inspeção e manutenção da pista, paddocks, locais para banho e áreas comuns onde os animais aguardam para iniciar a competição é essencial para que haja uma boa qualidade na competição e consequentemente um manejo de prevenção de acidentes em um geral.

e.2 - Doenças de notificação obrigatória:

As doenças de notificação obrigatórias (DNO) são aquelas que foram definidas para a monitoração contínua. A lista de DNO é estabelecida pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) no Brasil. A instrução normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013, é responsável por listar as DNOs ao serviço veterinário oficial de todas as espécies animais no Brasil. Recomenda-se que haja controle tanto da presença de tais enfermidades quanto de suas notificações por meio de planilha no próprio livro do Responsável Técnico e da planilha de controle de morbidade dos animais (modelo anexo no item 8 deste plano). Ressalta-se que as notificações devem ser sempre acompanhadas de Laudo Técnico emitido pelo Responsável Técnico ou de outro profissional capacitado, sendo assim, deve ser esse laudo também anexo no presente modelo deste plano)

Os MV clínicos serão orientados da obrigatoriedade de comunicação ao serviço oficial das doenças de notificação obrigatória.

f) equipe veterinária e estrutura para execução do seu trabalho;

Cabe a presente entidade garantir estrutura física e de pessoal para que haja equipe veterinária em todos os eventos organizados pela instituição, assim como auxílio às demandas que o responsável técnico necessita. Em todas as corridas os animais devem passar pela avaliação de uma equipe veterinária, denominado de Vet Check, para inspeção de sua integridade física e bem-estar geral. Para tal, é necessário que a equipe veterinária tenha equipamento próprio e estrutura adequada.

O JCP dispõe de uma equipe veterinária regular formada pelo RT, conforme contrato, e outros 2 profissionais em dias de corrida responsáveis pelo exame clínico pré e pós corrida bem como coleta de material para antidoping, uma segunda equipe formada por dois outros profissionais responsáveis pelo serviço de endoscopia pós páreo e acompanhamento do páreo.

O JCP dispõe de ambulância veterinária e estrutura básica de suporte a equipe que acompanha o páreo com todos os itens necessários para um atendimento emergencial.

g) protocolos para eutanásia;

Segundo o Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV), em seu artigo 3º, a eutanásia consiste no ato de cessar a vida de um animal através de métodos que induzam a inconsciência e morte de maneira rápida e sem sofrimento e pode ser indicada nas situações em que: O bem-estar do animal estiver comprometido de forma irreversível, sendo um meio de eliminar a dor ou o sofrimento dos animais, os quais não podem ser controlados por meio de analgésicos, de sedativos ou de outros tratamentos; O animal constituir ameaça à saúde pública; O animal constituir risco à fauna nativa ou ao meio ambiente; O animal for objeto de atividades científicas, devidamente aprovadas por uma Comissão de Ética para o Uso de Animais - CEUA; O tratamento representar custos incompatíveis com a atividade produtiva a que o animal se destina ou com os recursos financeiros do proprietário.

Ainda, de acordo com a Instrução normativa 01, de 7 de março de 2012, do MAPA (MAPA, 2012), os cavalos de corrida poderão ser eutanasiados quando forem vítimas de acidentes ou injúrias responsáveis pela incapacidade de competição e reprodução, no hipódromo ou vilas hípicas e suas dependências e quando forem acometidos de alguma doença infectocontagiosa que determine a incapacidade de competição, reprodução ou passível de contaminação epidêmica, no hipódromo ou vilas hípicas e suas dependências. As eutanásias realizadas no JCP seguem as normas do CFMV.

h) destinação dos resíduos, incluindo cadáveres, médico-hospitalares e agrotóxicos;

Destinação dos resíduos consiste no descarte correto dos materiais assim como na reutilização, compostagem, reciclagem, recuperação, aproveitamento energético e outras destinações, desde que admitidas pelos órgãos competentes, segundo a política nacional de

resíduos sólidos e a organização mundial da saúde. Com isso, tal destinação deve sempre respeitar normas quanto a danos e riscos à saúde geral da população local e impactos ambientais.

Recomenda-se a destinação de resíduos advindos da produção animal e derivados a utilização da compostagem como um meio sustentável e de acesso viável à instituição, como por exemplo para as camas e resíduos orgânicos dos animais. Ainda, a incineração é a ação mais executada no Brasil para resíduos químicos como remédios e vacinas, de acordo com a Abrelpe, sendo, portanto, a instituição responsável por recolher tal material em encaminhar a empresas responsáveis pela sua realização. Contudo, ressalta-se que a presente instituição entende que a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº358 e a RDC-ANVISA 306 é responsável por classificar os resíduos de serviços de saúde (RSS), sendo portanto, necessário observar o que há descrito no plano para organização e gerenciamento dos procedimentos que serão adotados em cada fase do manejo dos RSS, entre elas: segregação, acondicionamento e identificação, transporte interno, armazenamento temporário, tratamento, coleta e transporte externo, disposição final.

MONITORAMENTO E VERIFICAÇÃO:

O monitoramento e a verificação com relação às práticas de boa saúde dentro do Jockey Club do Paraná são de responsabilidade do RT e seu registro será feito no livro do RT.

AÇÕES CORRETIVAS EM CASO DE DESVIO

As devidas ações corretivas serão conduzidas pelo RT em conjunto com a comissão de corridas.

BOAS PRÁTICAS PARA UM BOM ALOJAMENTO

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS PARA UM BOM ALOJAMENTO:

a) Procedimentos e registros para manutenção das instalações, incluindo equipamentos utilizados pelos animais, pistas, baias, estruturas para atendimento médico-veterinário, embarcadouros, quarentenário, veículos utilizados no transporte de animais;

Procedimentos de controle e manutenção de uma rotina de manutenção da infraestrutura de todas as entidades turfísticas é essencial e deve ser respeitado e levado a risca. O JCP dispõe de equipe de manutenção comandada pelo Sr. Marcos Cozzolino que reporta a comissão de corridas e ao RT todo e qualquer situação de risco e mantém registro das manutenções em livro ata.

b) Espaço mínimo por animal em baias e piquetes;

Quando o espaço dentro das baias, ou até mesmo dos piquetes, é colocado em consideração, alguns pontos devem ser levados em conta. Visto que os animais, na presente instituição passam em média 95% do seu tempo dentro das baias (saindo apenas para gramear e estar na raia), esta deve ser confortavelmente espaçosa para que os animais possam expressar livre comportamentos, tais como, deitar e rolar, portanto, um cálculo simples seria que elas possuíssem 2 vezes o tamanho em metros da altura da cernelha do animal de largura, de comprimento e 3 vezes esse tamanho na altura. Como o cálculo individual não é viável aos grandes centros e os equinos no Brasil têm altura média em torno de 1,60 m, mas para poder alojar também os animais de até 1,70 m, sugere-se a utilização de cocheiras de 12 à 16 m² (3mX4m ou 4mX4m), e pé direito de 3,0 m.

Quanto aos piquetes, a presente instituição não possui nenhuma área, contudo entende a necessidade em totalidade. Nessa perspectiva, a mesma pretende realizar os mesmos como área de lazer comum aos animais, e não necessariamente como uma área de pastejo nutricional ou acréscimo à dieta.

c/d/e) Qualidade das baias (ventilação; iluminação; cama; piso; cocho)

Em relação a qualidade de uma baia, se começa pelo material pelo qual ela deve ser feita. Recomenda-se que as mesmas sejam fabricadas com material de alvenaria, viabilizando maior conforto e proporcionando momentos de descanso com qualidade visto as

condições de proteção de intempéries e calor que o material oferece. Ainda, de maneira geral as baias devem ser locais amplos e arejados (o mais parecido com a vida natural do animal em piquetes, uma vez que é da natureza do cavalo estar em locais em que eles conseguem ter essa visão ampla do horizonte e não se sentirem encurralados), portanto é importante a presença de janelas para a entrada de luz natural e para que o animal possa enxergar o lado de fora. É essencial que o pé direito seja alto e que as janelas permitam não só a entrada de luz natural, mas também a ventilação, ainda, recomenda-se a colocação de iluminação de luz artificial no interior das cocheiras, mas pelo menos a 3x a altura da cernelha do animal, de distância do chão, e protegida com telas ou travas para que não haja acidentes. Ventiladores e demais meios de ventilação artificial também são recomendados, mas também seguindo o princípio da iluminação.

Ainda, é indispensável que a mesma seja forrada com cama (de material confortável ao animal, sem exposição de piso, com mais de 5 cm de altura e com boa capacidade de absorção e neutralização das fezes e umidade da urina e afins). Ressalta-se que é preferível que esta seja de material não-palatável, porém que não apresente toxicidade se ingerida e que devem ser limpas diariamente e trocadas completamente pelo menos uma vez na semana. Outro ponto importante, é que o piso das baias seja levemente inclinado com presença de dreno/ralo, a fim de facilitar a higienização e desinfecção.

Quanto aos cochos, recomenda-se a utilização dos cochos individuais no interior das baias. Ainda, sugere-se que os cochos não apresentem cantos, evitando que acumulem restos de alimentos e facilitem a proliferação bacteriana. Os animais devem ter acesso livre à água, o que seria facilitado pela presença de cochos automáticos.

f) Procedimentos de controle de pragas;

Em aspectos gerais, um excelente controle de pragas recomendado pela presente instituição é a limpeza contínua e desinfecção das instalações, desde as cocheiras até as salas de armazenamento de ração e áreas de convívio comum. Assim, ressalta-se que as baias e abrigos de materiais em geral devem ser limpos diariamente, para minimizar pragas, manter os animais limpos, secos e proporcionar um ambiente livre de poeira e fortes odores, especialmente de amônia.

Em aspectos específicos, os insetos ou pragas voadoras mais comuns são moscas e mosquitos, sempre também muito visto na presente instituição, as pombas. O controle dessas pragas começa com a administração adequada dos dejetos, a limpeza de resquícios de alimento (ração), a manutenção de áreas constantemente molhadas e de água parada.

Assim, ressalta-se que todo o controle de pragas deve ser feito de forma integral e coordenado por profissional habilitado, principalmente quando é diagnosticada como presença crônica na instituição e não pontual. É necessário entender que em locais como um Jockey Club, onde a concentração de animais é maior, os desafios de controle são proporcionalmente maiores, e exigem uma atenção coletiva, pois qualquer ação de cunho individual, surtirá pouco ou nenhum efeito.

MONITORAMENTO E VERIFICAÇÃO:

A responsabilidade sobre o monitoramento das boas práticas de alojamento é do RT da instituição, no quesito manutenção de instalações comuns o responsável pelo setor mantém registro de todas as manutenções periódicas em livro ata, eventuais correções serão solicitadas pelo RT em vistorias de rotina.

O regramento sobre as estruturas de baia e suas manutenções bem como controle de pragas e outras espécies está descrito nesse manual e é de responsabilidade dos devidos comodatários conforme regramento interno de funcionamento da Vila Hípica, a fiscalização e recomendações de correção será feita pelo RT em vistorias de rotina e registrada em livro ata do RT.

BOAS PRÁTICAS PARA COMPORTAMENTOS ADEQUADOS

CONCEITOS E PROCEDIMENTOS PARA COMPORTAMENTOS ADEQUADOS:

a) Procedimentos e registros para a identificação e monitoramento de estereotipias;

Cabe ao médico veterinário responsável técnico, manter um controle da frequência e presença de estereotipias nos animais através de registros em planilha. Um ponto importante para a identificação das estereotipias e conseqüentemente seu registro e combate, e entender o que são estes comportamentos e suas causas, visto que as estereotipias são definidas como um comportamento anormal, com movimentos repetitivos e

aparentemente sem função. Algumas das teorias para a existência das estereotípias, é que o animal realiza esses comportamentos como forma de alívio e adaptação ao ambiente.

Conscientizar os proprietários e tratadores sobre as reais causas das estereotípias, os danos físicos e mentais, assim como produtivos e competitivos que elas podem causar nos animais e a correta maneira de combatê-las, faz parte, na presente instituição como forma de procedimento e registro desses comportamentos, pois, entendendo sua importância, os próprios proprietários, treinadores, jockeys e afins, relatam ao médico veterinário responsável técnico quando há presença da mesma. O controle dos tipos de estereotípias e sua incidência é feito via vistorias diretas nas cocheiras com registro em livro ata do RT.

b) Monitoramento das práticas de treinamento e competições, incluindo a proibição de práticas baseadas na dor e intimidação;

O monitoramento das práticas de treinamento e competições de um animal é muito individual, na presente instituição quanto em questão de tempo em raia e intensidade de exercício, uma vez que, é sabido e aplicado que cada animal possui uma individualidade física e comportamental e merece atenção também individual em seus treinamentos. Contudo, em aspectos gerais, a instituição conscientiza que o período de trabalho que um cavalo realiza não deve ultrapassar 3 horas, de preferência, deve trabalhar apenas 1 hora por dia, tempo equivalente às atividades físicas que ele realizaria em vida livre. Já quanto a proibição de práticas baseadas na dor, é levado em consideração as normas e deliberações do Código Nacional de Corridas, sendo recomendado e conscientizado que o uso de punições em qualquer grau no treinamento e competições pode causar danos aos cavalos, intensificando o problema ao invés de evitar o comportamento, além de causar danos como hiperatividade e medo excessivo das pessoas ou situações. Frente a isso, sugere-se que os animais que ainda não estão suficientemente preparados para competição e/ou estão passando por situações estressantes ou de alta pressão no esporte, devendo ser afastados até estarem adaptados o suficiente aos treinamentos e por fim estarem preparados para as competições. A liberação de potros inéditos para a corridas passa por duas avaliações e aprovação do starter oficial do clube.

c) Monitoramento das práticas de transporte;

Quanto ao transporte dos animais, a presente instituição conta com um local (embarcador) padrão para todos os animais, logo na entrada da vila hípica. Porém recomenda-se apenas que o mesmo deve ser realizado sempre com o máximo de segurança para o animal e para as pessoas envolvidas, isso envolve não haver fendas ou espaços entre o caminhão e o chão, o piso deve ser antiderrapante (por exemplo borracha), as paredes laterais devem ser fechadas a uma altura que o animal não consiga saltar e que não haja presença de fendas ou espaços, além de ser confeccionada com material resistente. No JCP existe um embarcador exclusivo para a chegada ou saída de animais do hospital terceirizado onde funciona a quarentena que há dentro da instituição. Será realizado um cadastro das empresas de transporte habilitadas a atuar no JCP com vistoria dos meios de transportes utilizados pelas mesmas (caminhões, carretinhas, etc.).

d) Protocolos de enriquecimento ambiental.

Visto o que já foi comentado em tópicos anteriores sobre a porcentagem de tempo em que os animais permaneceram em baias e sem interação social na presente instituição é essencial falar sobre enriquecimento ambiental. Em aspectos gerais, O enriquecimento ambiental consiste na introdução de variedades de ambientes, que estimulam situações que ocorreriam normalmente, assemelhando-se à natureza, tornando o ambiente mais dinâmico e desafiador aos animais, que permita a oportunidade de escolha e assim o controle do seu ambiente, podendo aumentar o conforto dos equinos em confinamento e diminuir as chances de desenvolvimento de estereotípias. Há diversas maneiras de enriquecimento ambiental, desde estruturas físicas até sensoriais, fazendo com que seja possível adaptar essa prática a qualquer animal e qualquer ambiente.

Assim, recomenda-se o uso de qualquer técnica de enriquecimento ambiental aos animais e é obrigatória a aplicação do mesmo aos animais com diagnóstico de estereotípias no tópico “a” desse item. Cabe, portanto, ao médico veterinário responsável técnico da presente instituição fazer esse reconhecimento, assim como sugerir de qual enriquecimento ambiental se enquadra melhor em cada caso de estereotípias.

MONITORAMENTO E VERIFICAÇÃO:

a) O controle de estereotípias será realizado pelo RT em vistorias nas cocheiras com registro em seu livro. Eventuais correções serão avaliadas caso a caso.

b) As práticas de treinamento/competição estabelecidas pela instituição serão monitoradas nos dias de treinamentos e registradas possíveis desvios em livro ata. Em dias de corrida a avaliação será por conta da comissão de corridas conforme código nacional de corridas e seu registro será feito em boletins.

c) Após o cadastro das empresas transportadoras o controle será feito de forma aleatória em situações de embarque/desembarque com registro em livro do RT.

d) Assim como no item a.

DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA:

ALVES, J. C. M.; MEIRELES, M. E. F. **Gestão de resíduos: As possibilidades de construção de uma rede solidária entre associações de catadores de materiais recicláveis.** *Sistemas & Gestão*, v. 8, p. 56-66, 2013.

AMORIM, A.C. **Caracterização dos dejetos de caprinos: reciclagem energética e de nutrientes.** 2002. Dissertação (Mestrado em Produção Animal) – Faculdade de Ciências Agrárias. Universidade Estadual Paulista, 2002.

BARTOLOMÉ, E.; COCKRAM, M. S. **Potential Effects of Stress on the Performance of Sport Horses.** *Journal of Equine Veterinary Science*, v.40, p.84–93, 2016.

BRASIL – Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária –ANVISA. **RDC nº306, de 7 de dezembro de 2004.** Disponível em: <https://bvsm.sau.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html>.

BRASIL – Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA. **Resolução nº358, de 29 de abril de 2005.** Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=462>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Preenchimento para Emissão de Guia de Transporte Animal de Equídeos.** Versão 8.0, 2010. Disponível em: <<http://www.adaf.am.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/Manual-GTA-Equ%C3%ADdeos-18.0.pdf>>.

BRASIL. **Lei nº 912.305, de 2 de agosto de 2010.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa SDC nº1, de 7 de março de 2012.** Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=239531>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 50, de 24 de setembro de 2013.** Disponível em: < <http://www.agricultutra.gov.br> >.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Manual de Boas Práticas para o Bem-Estar Animal em Competições Equestres.** 2016. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/documentos/camaras-setoriais/equideocultura/anos-anteriores/manual-de-boas-praticas-para-o-bem-estar-animal-em-competicoes-equestres>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e abastecimento. **Manual de boas práticas de manejo em equideocultura.** 2017. Disponível em: <<https://www.bibliotecaagp.tea.org.br/zootecnia/equinocultura/livros/MANUAL%20DE%20BOAS%20PRATICAS%20DE%20MANEJO%20EM%20EQUIDEOCULTURA.pdf>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº6, de 16 de janeiro de 2018.** Disponível em: <<http://www.iagro.ms.gov.br/wp->

content/uploads/2018/12/INSTRU%C3%87%C3%83O-NORMATIVA-N%C2%BA-06-DE-16.01.18_CONTROLE-E-ERRADICA%C3%87%C3%83O-DE-MORMO.pdf>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Instrução Normativa nº 34, de 25 de julho de 2018**. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=01/08/2018&jornal=515&pagina=10>>.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **E-SISBRAVET: Manual do Usuário**. Brasília: MAPA, p. 4-5. 2020. Disponível em: <http://sistemasweb.agricultura.gov.br/pages/Manual_Usuario_Sisbravet_versao_2_2020.pdf>.

CATAPAN, D.C.; CATAPAN, A.; ROSSET, N.R.; HARZER, J.H. Análise da viabilidade financeira da produção de biogás através de dejetos equinos. **Custos e agronegócio**, v.8, n.4, p.25- 51, 2012.

CFMV. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução 714, de 20 de junho de 2002**. Disponível em: <www.cfmv.com.br>.

CFMV. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução 1000, de 11 de maio de 2012**. Disponível em: < https://www.ufrgs.br/bioetica/resolucao_1000-2012%20CFMV.pdf >.

CFMV. CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. **Resolução 1236, de 26 de outubro de 2018**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/47542721/do1-2018-10-29-resolucao-n-1-236-de-26-de-outubro-de-2018-47542637>.

COUËTIL, L.L.; HOFFMAN, A.M.; HODGSON, J. et al. Inflammatory airway disease of horses. **Journal of Veterinary Internal Medicine**, v.21, p.356-361, 2007.

DITTRICH, J. R.; MELO, H.A.; AFONSO, A.M.C.F.; DITTRICH, R.L. Comportamento ingestivo de equinos e a relação com o aproveitamento das forragens e bem-estar dos animais. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, p. 130-137, 2010.

FEDERAÇÃO EQUESTRE INTERNACIONAL (FEI). **Veterinary Regulations 11th edition, effective 1st January 2009**. Disponível em: <http://www.cbh.org.br/arquivos/Vets_VeterinaryRegulationsJanuary2009.pdf>.

FEDERAÇÃO EQUESTRE INTERNACIONAL (FEI). **FEI Veterinary Regulations, 12th Edition update 1 January 2011**, Annex VI. Disponível em: <https://app.equibel.be/media/info/antidoping/FEI_Veterinary_Regulations.pdf>.

FEDERAÇÃO EQUESTRE INTERNACIONAL (FEI). **Equine Prohibited Substances List**. 2016. Disponível em: <<http://www.fei.org/system/files/2016%20Equine%20Prohibited%20Substances%20List.pdf>>

.

FRAGKAKI, A.G.; KIOUKIA-FOUGIA, N.; KIOUSI, P.; KIOUSSI, M.; TSIVOU, M. Challenges in detecting substances for equine anti-doping. **Drug testing and analysis**, n.9, v.9, p.1291-1303, 2017.

GOODWIN, D. Horse Behaviour: Evolution, Domestication and Feralisation. In: WARAN, N. (Ed.). **The Welfare of Horses**. 2007, p. 1-18.

HIGGINS, A.J. From ancient Greece to modern Athens: 3000 years of doping in competition horses. **Journal of Veterinary Pharmacology and Therapeutics**, n.29, p.4-8, 2006.

INPEV, 2010. Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias. O inPEV. Disponível em: <<https://inpev.org.br/institucional/inpev/inpev.asp>>.

MOLENTO, M.B. Resistência parasitária em helmintos de equídeos e propostas de manejo. **Ciência Rural**, v.35, n.6, p.1469-1477, 2005.

ROGERS, C. W.; BOLWELL, C. G.; GEE, E. K. Proactive management of the equine athlete. **Animals**, v.2, p.640-655, 2012.

RYAN, K.D.; BRODINE, J.; POTHAST, J.; MCGOLDRICK, A. Medicine in the Sport of Horse Racing. **Current Sports Medicine Reports**, n.19, v.9, p.373-379, 2020.

RYAN, S.; BACON, H.; ENDENBURG, N.; HAZEL, S.; JOUPPI, R.; LEE, N.; SEKEL, K.; TAKASHIMA, G. **Diretrizes para o Bem-Estar Animal da WSAVA**. 2020. Disponível em: <<https://wsava.org/wp-content/uploads/2020/01/WSAVA-Animal-Welfare-Guidelines-2018-PORTUGUESE.pdf>>.

THOMASSIAN, A. **Enfermidade dos cavalos**. 3.ed. São Paulo: Varela, 1997.

TORRES, A.I.J.; FINGER, I.S.; FARIAS, N.A.R.; NIZOLI, L.Q.; SILVA, S.S.; NOGUEIRA, C.E.W. Aspectos epidemiológicos da Theileriose equina e sua relação com o carrapato *Rhipicephalus (Boophilus) microplus* em duas propriedades da região da campanha do Rio Grande do Sul-Brasil. **Revista Ibero-latinoamericana de parasitologia**, v.71, n.1, p.70-77, 2012.

CAMARGO, Robson. <https://robsoncamargo.com.br/blog/PDCA-significado-melhoria-continua-Saiba-o-que-e-de> 26/12/2019.

SANDER, Carlos. <https://www.revistaferamental.com.br/artigo/ciclo-pdca/> de 10/02/2022.

Ministério da Infraestrutura <https://www.gov.br/infraestrutura/pt-br/assuntos/portal-da-estrategia/artigos-gestao-estrategica/como-usar-o-ciclo-pdca-para-planejar-com-seguranca> 04/11/2015

SISCOMEX, GOV.B <https://www.gov.br/siscomex/pt-br/servicos/aprendendo-a-exportar/conhecendo-temas-importantes-1/sistema-appcc-haccp> de 08/03/2022.

IOMASA, Larissa. <https://blog.ifope.com.br/appcc-nas-industrias-de-produtos-de-origem-animal/> de 13/02/2020.

SILVEIRA, Ana Virginia Marinho. Programa de análise de perigos e pontos críticos de controle, Recife: EDUFRPE, 2012.

CONSELHO NACIONAL DE MEDICINA VETERINÁRIA. Manual de boas práticas: Sanidade e bem-estar animal em eventos equestres. RS.

JÚNIOR, Alexandre Canal. Influência do tempo de estabulação no comportamento de equinos da raça crioula. **Unoesc & Ciência-ACET**, v. 6, n. 2, p. 201-208, 2015.

MCKEEVER, Kenneth Harrington. The endocrine system and the challenge of exercise. **The Veterinary Clinics of North America. Equine practice**, v. 18, n. 2, p. 321-53, vii, 2002.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. Manual de boas práticas para o bem-estar animal em competições equestres. Brasília. 2015. 32 p.

RIBEIRO, Lucas Cândido. Bem-estar e desempenho do cavalo atleta. 2020. 58 f. Trabalho de conclusão de curso (Grau de Zootecnista) - Escola de Ciências Agrárias e Biológicas, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiás. 2020.

SEABRA, Jéssica Carvalho. Diferentes intensidades de exercício para o bem-estar de cavalos de corrida em treinamento. 2017. 70 f. Dissertação (Mestrado em zootecnia) - Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2017.

DUREN, S. Feeding the endurance horse. In: PAGAN, J.D. (Ed.). **Advances in equine nutrition**. Nottingham: Nottingham University Press, 2000. p.351-363.

FLEURANCE, G.; DUNCAN, P.; MALLEVAUD, B. Daily intake and the selection of feeding sites by horses in heterogeneous wet grasslands. *Animal Research*, v. 50, n. 2, p. 149-156, 2001.

KERBYSON, N.C.; KNOTTENBELT, D.K.; CARSLAKE, H.B.; CONWELL, R.C.;

KIENZLE, E.; FEHRLE, S.; OPITZ, B. Interactions between the apparent energy and nutrient digestibilities of a concentrate mixture and roughages in horses. **Journal of Nutrition**, v.132, p.1778S-1780S, 2002.

PRIMIANO, F. M. Manejo e nutrição de cavalo atleta. *Revista Cães e Gatos, Pet food*, n. 11, p16-18, 2010

SUTTON, D.G.M; PARKIN, T.D.H. A Comparison Between Omeprazole and a Dietary Supplement for the Management of Squamous Gastric Ulceration in Horses. *Journal of Equine Veterinary Science*, v. 40, p. 94-101, 2016.

DITTRICH, João Ricardo et al. Comportamento ingestivo de equinos e a relação com o aproveitamento das forragens e bem-estar dos animais. **Revista Brasileira de Zootecnia**, v. 39, p. 130-137, 2010.

[\[a\]](#) Colocar aqui os modelos de registros extras para este tópico, como por exemplo:

- tabela de vistorias das ações corretivas

- livro de fluxo de alimentos

etc

[\[b\]](#) Todos os pontos devem ser especificados em cada um dos itens após os seus respectivos referenciais teóricos